MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR**Regulamento n.º 97/2014**

Ricardo Miguel Furtado Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Campo Maior:

Avisa que de acordo com o artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/20002, de onze de janeiro e de harmonia com a deliberação da Assembleia Municipal realizada aos vinte e quatro dias do mês de janeiro ano de 2014 sob proposta da Câmara Municipal do dia dezasseis de setembro do ano de 2013, deliberou aprovar as alterações ao Regulamento para Apoio à Conservação de Habitações Degradadas de Pessoas Carentiadas do Município de Campo Maior.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente aviso que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

20 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Ricardo Miguel Furtado Pinheiro*.

Alteração ao Regulamento para Apoio à Conservação de Habitações Degradadas de Pessoas Carentiadas do Município de Campo Maior

Condições de Acesso**Artigo 4.º 1-d)**

Residir em permanência na habitação inscrita para o apoio, há pelo menos 3 anos, não lhe podendo atribuir outro fim que não seja o habitacional, do próprio ou dos elementos que compõem o agregado familiar.

Artigo 4.º 1-g) Não possuir o candidato individual, residente no imóvel ou qualquer um dos elementos do agregado familiar, qualquer outro bem imóvel destinado a habitação, nem em qualquer dos casos receber rendimentos da propriedade ou de quaisquer outros bens imóveis.

Artigo 4.º 5 — A eliminar**Artigo 8.º Competência**

A apreciação e decisão sobre os apoios a atribuir será da competência da Câmara Municipal, mediante informação técnica ou proposta da Comissão de Análises de Candidaturas, constituída pelos elementos a designar pela Câmara Municipal e técnicos de entidades externas ao município caso esta entenda conveniente.

307635639

MUNICÍPIO DE CASCAIS**Aviso n.º 3468/2014**

Em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, conjugado com os n.ºs 2 e 4, do artigo 13.º, da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, se torna público que, conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Carlos Carreiras, de 31 de outubro de 2013, foi nomeado Comandante Operacional Municipal, Pedro Arantes Lopes Mendonça, com efeitos a 24 de outubro de 2013.

5 de janeiro de 2014. — O Diretor Municipal (no uso das competências subdelegadas conforme Despacho n.º 124/2013 de 2 de dezembro), *Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento*.

ANEXO**Nota Curricular****Dados pessoais:**

Nome — Pedro Arantes Lopes de Mendonça
Data nascimento — 01 de março de 1948
Nacionalidade — Portuguesa

Formação académica e profissional:

Licenciado em Ciências Militares Navais — Curso de Administração Naval (1972) — Especialização em Logística;
Curso Geral Naval de Guerra — “Pós-graduação” (1988) — Organização e Estratégia.

Experiência profissional:

Outubro 2005 até outubro 2013 — Na Câmara Municipal de Cascais — Vereador com o pelouro da Proteção Civil e Acessibilidades;
Fevereiro 2000 a outubro 2005 — Na Câmara Municipal de Odivelas — Gabinete do Vereador com o pelouro do Ambiente e Obras Municipais como assessor;

Agosto 1993 a dezembro 1999 — na República de Moçambique — Hidroelétrica de Cahora Bassa — Diretor Adjunto da Direção de Aprovisionamento;

Agosto 1992 a agosto 1993 — Na Câmara Municipal de Loures — No Gabinete de Estudos, Planeamento e Controlo do Departamento dos Recursos Humanos;

Novembro 1990 a junho de 1992 — na República de Moçambique — Diretor residente em Maputo de uma empresa portuguesa de Consultoria, NOEI;

Março 1987 a novembro 1990 — Na Marinha de Guerra Portuguesa — Responsável pelo Departamento Financeiro da Fábrica Nacional de Cordoaria, Responsável pelo Departamento de Compras dos Supermercados de Marinha, Responsável pelo Departamento Financeiro do Grupo de Escolas da armada no Alfeite;

Janeiro 1984 a fevereiro 1987 — na República de Angola — Integrado numa Equipa Técnica de Consultoria para caracterização da situação do abastecimento do Setor Pesqueiro, nas áreas financeira, Manutenção e Aprovisionamento, num projeto financiado pela CEE;

Abril 1981 a setembro 1982 — Na Marinha de Guerra Portuguesa — Responsável pelo aprovisionamento dos sobressalentes para as Fragatas Francesas;

Outubro 1980 a março 1981 — na República de Moçambique — Integrado numa equipa Técnica de Consultoria para caracterização e propostas para a operacionalidade da empresa EMOPECA nas áreas de Construção Naval, Gestão e Manutenção da Frota e da área do Aprovisionamento da qual foi responsável pela proposta orgânica e de interligação com outras áreas;

Julho 1972 a setembro 1980 — Na Marinha de Guerra Portuguesa — Responsável pelo processamento e tratamento informático de algumas unidades de Marinha; No Comando Naval dos Açores, como responsável da área Financeira e de Aprovisionamento das unidades de marinha do Arquipélago (Capitanias, Comandos de Defesa Marítima, Estações Radionavais e Faróis); Com responsabilidades na Direção de Fiscalização de Contas Pecuniárias da Armada; Embarcado em navios da Armada onde exerceu funções de chefe de Serviço Financeiro e de Aprovisionamento.

307641835

Aviso n.º 3469/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, foi homologada por meu despacho de 08 de fevereiro de 2014, a ata do Júri responsável pelo acompanhamento e avaliação final que comprovou que foi concluído com sucesso o período experimental de José Carlos Silva Antunes Santos, para a ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, no Departamento de Planeamento do Território, Divisão de Ordenamento do Território, na sequência do Concurso Externo de Ingresso para Admissão de Assistentes Administrativos, aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 192, em 04 de outubro de 2006.

17 de fevereiro de 2014. — O Diretor Municipal (no uso das competências subdelegadas conforme Despacho n.º 124/2013 de 2 de dezembro), *Filipe Miguel Cruz Queirós Nascimento*.

307641932

MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO**Aviso (extrato) n.º 3470/2014**

Luis Manuel dos Santos Correia, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco faz saber que, nos termos do disposto na alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, na sua reunião de 18 de fevereiro de dois mil e catorze, deliberou propor a abertura de um inquérito público relativo ao Projeto de Regulamento das Aldeias do Xisto do Município de Castelo Branco, o qual tem como objetivo definir uma estratégia clara e consensual, que permita atuar nas Aldeias do Xisto.

Mais deliberou que, no caso de não serem apresentadas quaisquer sugestões durante o período de inquérito público, o Projeto de Regulamento das Aldeias do Xisto se considere definitivo, após a respetiva aprovação pela Assembleia Municipal, não havendo assim lugar a nova publicação no *Diário da República*.

Em cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, durante o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de publicação do respetivo aviso no *Diário da República*, os interessados poderão apresentar as suas sugestões sobre o presente Projeto de Regulamento, em ofício ou e-mail devidamente identificados, dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal (Praça do Município, 6000-458 Castelo Branco ou camara@cm-castelobranco.pt).

O Projeto de Regulamento das Aldeias do Xisto será publicado no *Diário da República*, 2.ª série e disponibilizado no *site* institucional desta entidade, em www.cm-castelobranco.pt.

18 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Dr. Luis Manuel dos Santos Correia*.